ANEXO I

DECLARAÇÃO DE NÃO SOBREPOSIÇÃO DE RECURSOS
(Pessoa Jurídica)

Eu, _____,
portador(a) do RG nº _____ e CPF nº_____, responsável legal da empresa _____,
inscrita no CNPJ nº _____, localizada(o) no endereço _____, na cidade de Jundiaí-SP e representante do artista ou do grupo cultural _____,
selecionado na **Chamada Pública nº 03/2021 – Edital de Premiação para seleção de propostas artísticas e culturais inéditas** da cidade de Jundiaí, com o Projeto _____ apoiados pela Lei nº 14.017/2020 de Emergência Cultural, denominada Lei Emergencial Aldir Blanc, DECLARO:

1) nos termos do §3º, art. 7. Da Lei Emergencial Aldir Blanc, Nº 14.017/20 e do art. 15 do Decreto Municipal nº. 29.339, 01 de outubro de 2020, **não ser beneficiário do subsídio emergencial da cultura de que trata o inciso II, do art. 2º da LAB, junto a outro ente Federativo**;

2) **estar ciente de que a sobreposição de recursos à gestão responsável pelo espaço cultural é vedada pela Lei Aldir Blanc**, mesmo que o beneficiário esteja inscrito em mais de um cadastro disposto no §1º, do art., 7º da Lei 14.017/20, e caso o Espaço ou Território Cultural por mim representado venha a incorrer em tal vedação, ficarei sujeito às sanções administrativas, civis e criminais.

Por fim, **DECLARO** sob as penas previstas na legislação, **que as informações prestadas nesta declaração são verdadeiras**, e que estou ciente das penalidades previstas no art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 do Código Penal*, sem prejuízo das sanções administrativas e civis pertinentes.

Jundiaí, ____ de _____ de 2021.

_____
(Assinatura igual à do documento de identificação)
NOME:
CPF:

*Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 do Código Penal: “Artigo 299. Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena – reclusão, de 01 (um) a 05 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.”.